卷宗編號：972/2025

(民事及勞動上訴卷宗)

裁判日期：2026年10月15日

主　　題：決議無效；社團會員；召集。

裁判摘要

獲證事實顯示案中社團會員名冊中所載人員完全沒有被召集，有關情況非單純召集上的不當情事而足以構成《民法典》第165條第1款d項的情況，因此，相關會員大會中所作決議屬無效。

裁判書製作人

_____

盛銳敏

澳門特別行政區

中級法院合議庭裁判

卷宗編號：**972/2025**

(民事及勞動上訴卷宗)

裁判日期：**2026年10月15日**

上 訴 人：**XXX苑**

被上訴人：**(A)**

***

一、 案件概述

原告**(A)**（本上訴中的“被上訴人”）針對被告**XXX苑**（本上訴中的“上訴人”）提起本卷宗所涉及的通常宣告案，請求法庭宣告被告於2022年12月18日作出的會員大會決議屬法律上不存在、無效或將之撤銷。

被告獲傳喚後提交答辯，主張應裁定訴訟理由不成立。

原審法院依法進行審判聽證並作出判決，裁定原告的訴訟理由及請求成立，宣告被告XXX苑於2022年12月18日作出的特別會員大會決議屬無效。

被告不服上指裁判並提出上訴。為此，被告提交其上訴理由陳述，當中載有以下結論：

I. Através do presente recurso pretende a Recorrente i) impugnar o despacho de fls. 186 a 187v que indeferiu a reclamação da selecção da matéria de facto levada à Base Instrutória; ii) impugnar a decisão de facto proferida pelo Douto Tribunal a quo; iii) impugnar a interpretação e aplicação das normas jurídicas ao caso concreto;

II. Por forma a rebater a tese abstrusa da Autora de que os membros da Associação são os constantes do alegado Livro de Registo de membros, criado em 19 de Junho de 2022, e por forma a comprovar que os membros da associação já o eram muitos anos antes de 2022, alegou a Recorrente na sua Contestação factos atinentes à actividade da Ré levada a cabo pelos seus associados pelo menos desde 1998;

III. Os factos vertidos nos arts. 35º a 41º, e 52º da Contestação abalam de forma séria a tese do suposto Livro, e são essenciais para que se possa ajuizar da qualidade de associados de quem convocou a assembleia geral impugnada;

IV. a Recorrente veio reclamar contra a selecção da matéria de facto integrada na base instrutória com fundamento em manifesta deficiência, requerendo a inclusão de novos quesitos levando à base instrutória a matéria fáctica supra referida;

V. A Recorrente não se conforma com a posição assumida pelo Tribunal a quo no despacho em crise, motivo pelo qual ora se impugna ao abrigo do disposto no art. 430º, nº 3 do CPCM;

VI. Os referidos factos deveriam ter sido considerados pelo Douto Tribunal como *factos essenciais* na medida em que se mostram indispensáveis à defesa da Recorrente e que levam à improcedência da pretensão da Recorrida, pois referem-se às actividades desenvolvidas pelos associados da Ré ao longo da sua existência, e são claramente demonstrativos de que os membros da Associação não foram admitidos em 2022, como parece a Autora fazer crer;

VII. Quanto à Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2022 referida nos quesitos 4º, 5º, 6º e 13º da Base Instrutória, a Recorrente alegou na sua Contestação que as deliberações ali tomadas são nulas por contrárias aos bons costumes e porque a assembleia não foi precedida de qualquer convocatória, e que, por conseguinte, foram judicialmente impugnadas, tal como resulta dos arts. 64º a 69º, e 74º a 84º da contestação;

VIII. Importava transpor tais factos para a Base Instrutória por forma a abalar a validade da dita assembleia e das deliberações ali tomadas e nas quais se suporta a Autora para fazer valer a sua pretensão;

IX. Mostrando-se tais factos relevantes para a boa decisão da causa, a reclamação deveria ter sido atendida pelo Douto Tribunal a quo, e em consequência serem tais factos transpostos para a Base Instrutória;

X. E ainda que se entenda que tais factos se tratam de *factos instrumentais*, ainda assim deveriam ser levados à base instrutória porquanto revelam-se decisivos para a boa decisão da causa;

XI. Porque neste ponto a selecção da matéria de facto integrada na Base Instrutória mostrou-se deficiente, deverá ser dado provimento à reclamação ao Despacho Saneador apresentada pelo ora Recorrente, revogando-se o despacho de fls. 186 a 187v que veio indeferir essa mesma Reclamação, e em consequência deverão ser levados à Base Instrutória através da inclusão de novos quesitos os factos vertidos nos referidos artigos 35º a 41º, e 52º, 64º a 69º, e 74º a 84ºda contestação tudo ao abrigo do disposto no art. 430º, nº 3 do CPC;

XII. O presente recurso incide ainda sobre o julgamento da matéria de facto efectuado pelo Douto Tribunal *a quo* quanto à resposta aos quesitos 1A, 8, 10, 11, 12 e 14 da Douta Base Instrutória;

XIII. O julgamento da matéria de facto efectuado pelo Douto Tribunal a quo quanto à resposta aos quesitos 1A, 8, 10, 11, 12 e 14 da douta Base Instrutória é erróneo, uma vez que uma análise criteriosa e crítica dos depoimentos das testemunhas (B), (C), (D), (E) e (F) (Passagens gravadas em : (B) de 01:50:19 a 02:06:13, (C) 02:27:07 a 02:28:46, (D) de 02:45:01 a 02:45:15, (E) de 00:26:53 a 00:32:45 e (F) de 01:00:19 a 01:02:34) impõem respostas diferentes àquelas que o Tribunal *a quo* decidiu dar;

XIV. Os depoimentos testemunhais prestados em sede de audiência de julgamento encontram-se registados em áudio, o que permite a impugnação da decisão proferida sobre a matéria e facto, ao abrigo do disposto o art. 599º, nº 3 e 629º, nº 1, al. a) do CPC;

XV. Da prova testemunhal produzida em sede de audiência de julgamento resulta claro que o estatuto de membro da Associação Ré não advém de uma "fórmula mágica" para que pudesse ter sido aferida de forma segura e distante de qualquer dúvida que desprendesse a decisão, ora posta em crise, de um julgamento erróneo;

XVI. Através de uma análise aos meios probatórios que incidiram sobre a matéria de facto em questão, exercício que aqui se mostra imperioso, poderemos concluir que se mostrou por demais evidente que nem a lista de alegados membros da Associação Ré constante de fls. 32 e 33, nem as inúmeras actas constante do livro de actas a fls. 301 a 340 dos autos são suficientes para demonstrar quem efectivamente é membro da Ré;

XVII. O Tribunal *a quo* deveria ter dado uma resposta negativa tendo em conta a análise da prova documental e testemunhal produzida em sede de audiência de julgamento;

XVIII. No que aos quesitos 1A, 8 e 10 diz respeito, resulta dos depoimentos das pelas testemunhas da Ré, (B), (G) e (D), a Ré antes de 1998, ou seja, antes do seu registo oficial na DSI, já revelava ter uma estrutura organizada com procedimentos de admissão de membros muito próprios que passavam por usos e costumes adquirido há mais de 3 gerações os quais passavam pela admissão por parte de um Mestre seguidor.

XIX. Os depoimentos destas quatro testemunhas, com um testemunho de manifesta naturalidade e clareza, foram capazes de excluir a existência de qualquer formalidade jurídica para serem admitidas como membros antes de 1998 e depois de 1998, razão pela qual, o sentimento de que são membros da Associação Ré lhes ficou enraizado desde as respectivas admissões como tal por parte dos seus Mestres seguidores;

XX. A resposta positiva aos referidos quesitos 1A, 8 e 10 resulta assim de um claro erro de julgamento;

XXI. O Douto Tribunal a quo incorreu igualmente no erro de julgamento no que à matéria de facto do Quesito 11 e 12;

XXII. Decorreu do depoimento das testemunhas da Autora (E) e (F), que de forma claramente estudada vieram falar da necessidade da admissão por parte da direcção para se tornar membro, no entanto, quer se tenham arrogados como membros da X X X Un em data anterior ou posterior, o que é certo é que nenhuma das testemunhas foi capaz de identificar em que dia ocorreu a deliberação da direcção que os admitiu como associados.

XXIII. A admissão como associado por deliberação da Direcção nunca foi uma realidade posta em prática pela Associação X X X Un;

XXIV. Resulta também da prova documental junta aos autos, mormente do livro de actas constante de fls. 301 a 340 dos autos, que a admissão de membros da Associação Ré nunca foi deliberada pela Direcção ao longo da vida da Associação, à excepção da deliberação em que a Direcção admitiu como membros quatro pessoas, deliberação essa que teve lugar no dia 16 de Agosto de 2022 fls. 327v-328;

XXV. No que diz respeito ao quesito 14º, entendeu o Tribunal a quo dar como confirmado um facto, quando, na realidade, não estava em condições de o fazer;

XXVI. Não havia maneira de concluir que só os nomes de (I), (J)（XX法師), (J)（XX), (K), (L)) eram omissos na alegada lista de membros constante de fls. 32 e 33 dos autos e, como já se referiu, não é reconhecida pela grande maioria dos membros da Associação Ré, exactamente, por não ser uma lista que reproduza a realidade do número de associados filiados, muitos deles, há mais de 40/50 anos;

XXVII. Verificam-se incorrectamente julgados os factos vertidos 1A, 8, 10, 11, 12 e 14 da Base Instrutória;

XXVIII. E é manifesto que este erro de julgamento da matéria de facto levado a cabo pelo Tribunal a quo veio a ter uma influência nefasta na aplicação do Direito ao caso concreto;

XXIX. Tratando-se de deliberações tomadas em 18 de Dezembro de 2022, quando a Autora deu entrada da acção já havia caducado o seu direito de acção;

XXX. A caducidade, como facto extintivo dos factos articulados pela Autora, constitui uma excepção peremptoria nos termos do disposto no art. 412º, nº 3 do CPC, de conhecimento oficioso, cuja procedência importa a absolvição do pedido, e que o Tribunal a quo deveria ter tomado conhecimento;

XXXI. A Autora foi devidamente convocada para a referida Assembleia Geral, e o interesse na invalidade das deliberações aqui impugnadas cabe, em exclusivo, aos membros da Recorrente que não foram convocados, e que por essa razão, não puderam participar na assembleia geral;

XXXII. A Autora, apesar de ter sido convocada, deliberadamente não participou na referida assembleia, e assim, não tem qualquer interesse legitimo na invocação de invalidades, sendo por isso parte ilegítima;

XXXIII. Nos termos do disposto nos arts. 412º, nº 2 e 413º, al e) do CPC, tal constitui excepção dilatória, de conhecimento oficioso, e que importa a absolvição da instância;

XXXIV. Para determinar que a Assembleia Geral do dia 18 de Dezembro de 2022 não foi convocada pelos membros da Associação, o Douto Tribunal suporta-se na existência de um livro, alegadamente criado pela Direcção da Associação Recorrente em 19 de junho de 2022, que não tem qualquer valor jurídico;

XXXV. Como acto de admissão e exclusão de associados, este livro deverá ser entendido como juridicamente inexistente pois não preenche os elementos essenciais de tais actos, nem sequer se poderia admitir como válido para esse efeito;

XXXVI. Nesse sentido, a Decisão recorrida incorreu em manifesto erro de julgamento ao determinar que tal livro corresponde ao efectivo registo de membros da associação, e não poderia ter permitido que os então membros da Direcção pudessem, à luz da lei ou dos Estatutos, eliminar membros com a criação enviesada de um simples livro;

XXXVII. Os Estatutos prevêem a competência da Direcção na exclusão de membros, contudo, essa exclusão está sujeita à verificação de um pressuposto, qual seja, uma conduta que viole os regulamentos, impondo assim, por um lado, uma deliberação expressa de exclusão, e por outro lado, uma fundamentação dessa decisão, um juízo de valor sobre uma determinada conduta de um determinado associado, o que in casu não se verificou;

XXXVIII. Este livro teria, na óptica da Recorrida, a virtualidade de, decorridos mais de vinte anos sobre a sua existência, definir quem são e quem foram os membros da Ré;

XXXIX. Analisado o pretenso livro, podemos ver que há pessoas que participaram nas deliberações da Direcção mas que não constam do referido livro;

XL. A elaboração de tal livro está eivada de vícios e suportada em factos completamente falsos, e apenas teve por fim a tentativa de obstaculizar a realização de assembleias gerais por parte dos associados da Recorrente e de aí manifestarem as suas intenções de voto e definirem as orientações da associação Ré, numa tentativa de limitar de forma grave o pleno exercício do direito à livre associação por parte dos associados;

XLI. O Douto tribunal a quo não se suporta nas únicas fontes de direito admissíveis para ajuizar quem são os membros efectivos da Associação Recorrente, como sejam a Lei, os Estatutos da Associação;

XLII. Também não se suporta nos usos da Associação Recorrente, como prática geral adoptada desde a data da sua fundação para a admissão dos seus membros, e que muito bem foi explicada pelas testemunhas (B) ((B)), (G) e (D) em sede de julgamento;

XLIII. Os usos, nos temos do disposto no art. 2.º do Código Civil, não sendo contrários aos princípios da boa fé, são juridicamente atendíveis para determinar a admissão de membros da associação;

XLIV. A Assembleia Geral da Recorrente no dia 18 de Dezembro de 2022 foi regularmente convocada por 132 associados num universo de cerca de 150 Associados, isto é, por um número de associados não inferior à quinta parte da sua totalidade, cumprindo dessa forma com a formalidade exigida por lei e pelos Estatutos para as convocatórias das assembleias gerais;

XLV. Nela participaram os seus membros, e foram eleitos para titulares dos órgãos sociais os seus membros efectivos;

XLVI. A assembleia geral realizada em 18 de Dezembro de 20222 é perfeitamente legal, não padece de qualquer vício e as deliberações nelas tomadas reflectem a vontade manifestada pela quase totalidade dos seus membros, correspondem aos reais interesses do grémio associativo e visam mais do que tudo, a sua legitima protecção;

XLVII. A decisão recorrida, ao decidir como decidiu, violou o disposto nos arts. 2º, 160º e 165º do Código Civil e nos arts. 12º dos Estatutos da Recorrente;

*

原告就上述上訴作出卷宗第431至449頁的答覆，請求裁定上訴理由全部不成立，並作出了結論如下：

1. 上訴人針對原審法院於 2025 年 05 月 27 日所作出的判決提起上訴，其主要依據為原審法院之判決存在以下瑕疵：

a. 原審法院沒有把答辯狀第 35 條至 41 條、第 52 條、第 64 條至 69 條、第 74 至 84 條所述事實列入調查基礎事實中；

b. 原審法院對調查基礎事實第 1A、8、10、11、12 及第 14 條問題所作出的事實裁判存在錯誤；

c. 原告提起本訴訟標的之決議非有效的訴權時效已過；

d. 原審法院錯誤適用法律規範。

2. 在尊重不同見解的前提下，被上訴人認為原審法院所作出之判決完全正確，並不能同意上訴人的全部見解。

(i) 關於「沒有把某事實列入調查基礎事實中」

3. 上訴人指出，原審法院沒有把答辯狀第 35 條至 41 條、第 52 條、第 64 條至 69 條、第 74 至 84 條所述事實列入調查基礎事實中。

4. 被上訴人除維持對被告對清理批示之異議之回覆內容（卷宗第 184 至 185 頁）外，也認同原審法院在題述卷宗第 186 至 187 頁所作出針對上述事實不列入調查基礎事實中之見解，在此視為完全轉錄。

5. 尤其是，就答辯狀第 35 條至 41 條、第 52 條方面，有關事實涉及一些被

告信眾參與被告社團活動的情況，而正如原審法庭已正確認定，被告會員的加入是取決理事會的決定，而非簡單透過事實上實際參與被告社團活動而獲得，因此即便該等事實獲得證實，亦對本案實體問題之審理沒有意義，故並無必要加入至調查基礎中。

6. 至於答辯狀第 64 至 69、74 至 84 條的事實，該等事實涉及上訴人主張被爭議之決議（2022 年 12 月 18 日之決議）的合法性，也涉及其主張 2022 年 12 月 12 日會議之不合法性。

7. 前者之不法性的舉證責任在於被上訴人，而相關的重要事實已被篩選到調查基礎之中；後者則不是本案所討論之標的，將之列入調查基礎亦是毫無意義，但尊敬的原審法庭法官 閣下亦已將相關的內容，加了入調查基礎之中，作為第 15、16 及第 17 條。

8. 因此，上訴人這部分的理由不能成立。

(ii) 關於「對事實事宜之裁判存在錯誤」

9. 上訴人指出，原審法院對調查基礎事實第 1A、8、10、11、12 及第 14 條問題所作出的事實裁判存在錯誤。

10. 正如上訴人所援引之《民事訴訟法典》第 599 條規定，倘對原審法庭之事實認定提出爭執，必須指出卷宗紀錄中之具體證據，否則上訴應予駁回。

11. 然而，上訴人卻完全沒有遵守《民事訴訟法典》第 599 條的規定，在對有關事實作出爭執時，明確指出在已錄製成視聽資料的庭審紀錄中，原審法庭對哪一部分證據的審理出現錯誤。上訴僅指出了有關視聽資料的時間節點，但完全沒有指出有關證言內容是出自**哪一段的視聽錄音**——需知道，在本案中，存在三段視聽資料（2 月 24 日上午、2 月 24 日下午及 3 月 12 日上午）

12. 尊敬的中級法院法官 閣下應駁回上訴人這部分的上訴。

13. 倘有不同理解，被上訴人還會針對上訴內容作出以下回覆。

14. 上訴人提出上述瑕疵，主要依據證人證言。根據《民法典》第 390 條（證明力）規定「證人證言之證明力，由法院自由判斷。」

15. 根據《民法典》第 156 條（設立文件及章程）第 2 款規定：「二、章程亦得在法律規定之範圍內，詳細列明社員之權利與義務，**社員之加入、退出及除名之條件**，法人之運作形式，法人消滅之規定，消滅後財產之返還方式；如社團之存續期非屬無限期，尚得列明其存續期。」

16. 被上訴人的章程第 12 條 c)項已明確規定，會員資格須透過理事會的決議取得。因此，只有在遵守章程的上述規定，才能取得被上訴人的會員資格，成為被上訴人的有效會員。

17. 正如原審法院在對事實事宜的裁判中所言：「事實上，法庭是傾向採信被告「會議錄」簿冊所記載的事實，因為該簿冊是自被告成立起便存在，紀錄了被告多年來作出的各項會員大會和理事會決議，客觀反映了被告的成員數目的變化，也符合被告的章程要求，所以，在確認社員身份的問題上，法庭選擇了以「會議錄」簿冊的內容作為關鍵的認定事實的依據。

(...)

其核心內容是到底哪些人才具有被告社員的資格，而經過以上法庭作出的分析和給予的回答，法庭既考慮了被告章程的要求，也考慮了被告多年來的會議紀錄內容，法庭不認同以一種事實上的狀態，例如皈依的弟子或被告成立前已具有弟子身份的人士等，能夠作為認定被告社員身份的穩妥依據，所以，只能認定...」

18. 原審法院認為，綜合了上訴人的章程規定及會議記錄，結合卷宗內的書證和人員，已足以認定上訴人的社員資格判斷標準。

19. 上訴人認為有關認定依據不足分，實是單純意圖以自己的心證取代原審法庭的心證，或是基於上訴人無法綜合理解及分析有關證據所致。

20. 為著謹慎辯護，被上訴人亦會對上訴人轉錄的證言作如下回覆：上訴人引述了其證人(B)、(M)及(N)的證言去嘗試說明會員資格的認定標準——*「皈依了大師父作其徒弟便是上訴人的會員」*——這個講法毫無法律、章程及事實依據，且該標準亦被原審法庭明智否定。

21. 倘(B)的說法屬實，則上訴人係共有 1000 多名會員，實在令人難以想像；而現訴訟標的之決議，只有 100 名所謂「會員」去召集，本身亦已是無效。

22. 自稱已是多年會員的(N)更是對上訴人是一個社團、需要由一個領導架構去運作及管理一事一問三不知，並表示對「會員大會、理事會、監事會」術語表示很陌生，以為上訴人是由一（些）個人去管理的。

23. 更重要的是，彼等雖聲稱自己多年來均為上訴人的會員，竟然在 2022 年 12 月 18 日之前，從來都沒有參加過任何一次上訴人的會員大會（上訴人的成立時間是 1998 年！）。

24. 由此可見，彼等的說法根本不足以令中級法院對原審法庭認定的事實事宜作出任何改判。

25. 上訴人還提及(O)、(P)的證言，表示彼等所提及的、接納她們作為會員的決議根本不存在。

26. 事實上，就有關決議的問題，應該綜合考慮被上訴人多名會員證人的證言，包括(Q)、(O)、(P)及(R)，而不應僅對上訴人轉錄的部分作片面理解。

27. (Q)、(O)、(P)及(R)均清楚提到，成為上訴人會員需要經過理監事會批准，而根據上訴人社團的一貫作法，彼等在成為會員之際同時會成會架構成員，而其證言中所指的決議，已經載於卷宗裡的會議錄之中。

28. 至於是否存在 2022 年 6 月的會員名冊，其實並不重要，因為有關名冊僅係用作方便記錄及查看會員資料，該名冊並非如上訴人所指，屬於「接納」及認定會員所依據的文件。

29. 因此，原審法庭針對關於會員資格方面的事實事宜之認定沒有出現任何錯誤，上訴人這部分的理由也不能成立。

(iii) 關於「原告提起本訴訟標的之決議非有效之訴權時效已過」

30. 根據被上訴人之主張，本訴訟標的之決議屬不存在，被上訴人亦補充提出有關決議同時沾有無效及可撤銷之瑕疵。

31. 根據上訴人援引的《民法典》第 166 條第 3 款之規定，被上訴人在 2023

年 6 月 19 日提起訴訟，與涉案決議作出日（2022 年 12 月 18 日）相隔未逾 2 年，故要求宣告涉案決議屬無效之權利並未失效。

32. 根據《民法典》第 272 條規定，被上訴人提出存在可撤銷之瑕疵的期限為 2023 年 6 月 18 日晚上二十四時。然而，考慮到 2022 年 6 月 18 日屬星期日，以及《民事訴訟法典》第 93 條、第 94 條第 2 款之規定，被上訴人在 2023 年 6 月 19 日要求撤銷涉案決議之權利亦未失效。

33. 為此，被上訴人之訴權仍未逾期，上訴人主張的這個部分的理由同樣不能成立。

34. 上訴人針對本案獲法院傳喚時，理應同時獲悉被上訴人提起本訴訟的時間，是 2023 年 6 月 19 日；此外，被上訴人提起本訴訟的時間，亦已於卷宗內有所記載，上訴人不應不知悉，更不應不作查證。

35. 上訴人提出本上訴理據，實屬《民事訴訟法典》第 385 條第 2 款 a)項所指之「提出無依據之主張或反對，而其不應不知該主張或反對並無依據」。

(iv) 關於「原審法院錯誤適用法律規範」

36. 上訴人認為被上訴人欠缺正當性以「某些會員未被召集」為由，針對涉案決議提出可撤銷之爭議，認為只有未獲大會召集、進而無法參加會員大會的會員，才具正當性提出該主張。

37. 對於「會議未有向所有會員作召集」之瑕疵，屬《民法典》第 166 條第 2 款所指的「召集上之不當情事」，可由任何會員主張之。法律從來沒有規定，只有未獲召集的會員，方具正當性提出「會議未有向所有會員作召集」的主張。

38. 上訴人同意被上訴人為上訴人的會員，故對被上訴人作出召集，且亦承認被上訴人沒有出席 2022 年 12 月 18 日的會員大會，且更不可能在相關大會上投贊成票。

39. 上訴人提出本上訴理據，明顯同樣構成《民事訴訟法典》第 385 條第 2 款 a)項所指之「提出無依據之主張或反對，而其不應不知該主張或反對並無依據」。

40. 另外，上訴人還指出，原審法院在認定上訴人此社團的實際會員身份時，未依據法律、章程及慣例，從而違反《民法典》第 2 條、上訴人《章程》第 12 條 c 項、《民法典》第 160 條及第 165 條。

41. 上訴人表示原審法院依據一本據稱由上訴人理事會於 2022 年 6 月 19 日決議通過的會員名冊錄，從而認定上訴人社團的實際會員。

42. 然而，原審法院並不是依據該會員名冊錄作為認定上訴人社團的實際會員的依據，而是依據被告「會議錄」簿冊及綜合卷宗的所有證據作出認定。

43. 而且，《民法典》第 2 條（習慣之法律價值）規定：「不違背善意原則之習慣，僅在法律有所規定時，方予考慮。」先不論上訴人所主張的「習慣」是否屬實——*被上訴人並不同意屬實*——法律並沒有規定上訴人所提出之所謂的習慣，因此並沒任何法律價值，不能以之作為認定上訴人社團的實際會員的依據。

44. 因此，上訴人主張的這個部分的理由同樣不能成立。

*

透過履行職務所得悉，終審法院2026年6月17日在第25/2026號上訴案中(該案同樣涉及本案的被告/上訴人XXX苑)指出，在XXX苑的組織章程沒有被修改的情況下，不得隨意更改已透過組織章程確定下來的社團合法代表，有關代表權為理事會主席及秘書的專屬權限。在上述案件中，終審法院亦指出，該案的原審法院應執行《民事訴訟法典》第53條第2款之規定，為XXX苑指定特別代理人，使其行使《民事訴訟法典》第55條第2款所規定的權能，以補正代理不當的情況。

就以上情況，經聽取雙方當事人的意見後，本案裁判書製作法官根據《民事訴訟法典》第53條第2款，委任XXX律師為被告XXX苑的特別代表。

經通知，上述特別代表表示，根據《民事訴訟法典》第55條第2款的規定，追認被告在一審程序當中所提交的答辯及續後行為，並請求法庭繼續進行本訴訟。

透過卷宗第478頁批示，裁判書製作法官視訴訟程序在特別代理參與案件之前的訴訟行為有效。

*

各助審法官已對卷宗進行檢閱。

現對案件進行審理。

***

二、　訴訟前提

本院對此案具有管轄權。

本案訴訟形式恰當及有效。

訴訟雙方具有當事人能力及正當性，且已適當地被代理。

不存在待解決之無效、抗辯或其他先決問題。

***

三、　事實

原審法院將以下事實視為獲證：

A. 被告是一個在 1998 年根據澳門法律註冊成立的社團，於澳門身份證明局的社團登記編號為***，是一個宗教慈善組織，社團宗旨為傳播及實踐佛教教義。(見卷宗第 10 頁背頁)(已確定事實 A 項)

B. 被告是一幢位於澳門**馬路*號，名為「XXX 苑」（物業標示編號為***）的不動產的所有權人。(見卷宗第 18 頁背頁) (已確定事實 B 項)

C. 被告的社團章程第 8 條第 1 款規定：「Um. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais.」。(見卷宗第 14 頁背頁)(已確定事實 C 項)

D. 被告的社團章程第 9 條第 3 款規定：「Três. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes ou legalmente representados, sendo para este efeito suficiente o mandato conferido por carta dirigida ao presidente da Direcção, salvo nos casos previstos nos artigos vigésimo primeiro e vigésimo segundo destes estatutos.」。(見卷宗第 14 頁背頁) (已確定事實 D 項)

E. 被告的社團章程第 11 條第 2 款規定：「Dois. Os membros da Direcção são eleitos bianualmente pela Assembleia Geral, de entre os associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais, com excepção do presidente, o qual permanecerá no cargo enquanto a Assembleia Geral o entender.」。(見卷宗第 14 頁背頁) (已確定事實 E 項)

F. 被告的社團章程第 12 條 c)項規定：「Compete à Direcção: c) Decidir a admissão e a exclusão de associados;」。(見卷宗第 14 頁背頁) (已確定事實 F 項)

G. 被告理事會於 2021 年 4 月 27 日作出將(S)除名之決議。(見卷宗第 26 頁及其背頁，其內容在此視為獲完全轉錄)。(已確定事實 G 項)

H. 2022 年 12 月 11 日，被告舉行會員大會，選出了新的領導架構成員(見卷宗第 36 頁至第 37 頁，其內容在此視為獲完全轉錄)。(已確定事實 H 項)

I. 在上述會員大會中，原告被選為被告的理事會秘書。(已確定事實 I 項)

J. 上指領導架構成員已在身份證明局內作出登記。(已確定事實 J 項)

K. 2022 年 6 月 19 日，被告透過理事會會議，設立一本會員名冊錄，以記載所有被告的會員(見卷宗第 32 頁至 33 頁，在此視為獲完全轉錄)。(第 1-A 條疑問點的回答)

L. 2022 年 11 月 29 日，載於卷宗第 121 頁至 124 頁的人士刊登了一則被告「特別大會」的召集書，有關會議定於 2022 年 12 月 18 日進行(見卷宗第 34 頁，其內容在此視為獲完全轉錄)。(第 2 條疑問點的回答)

M. 該「特別大會」的議程如下(第 3 條疑問點的回答)：

1. (S)（釋 XX）恢復成為社團會員；
2. 社團機關，包括大會主席團，理事會以及監事會之所有現行機關據位人之解任；
3. 社團機關，包括大會主席團，理事會以及監事會之機關據位人之委任。

N. 2022 年 12 月 18 日，進行了由載於卷宗第 121 頁至 124 頁的人士召集的「特別大會」。(第 7 條疑問點的回答)

O. 上述「特別大會」舉行前，未有向卷宗第 32 至 33 頁背頁的

《XXX 苑會員名冊》記載的所有會員作出召集。(第 8 條疑問點的回答)

P. 在上述「特別大會」中，通過了第 3 條疑問點內提及的三項議程(見卷宗 41 頁至第 42 頁，其內容在此視為獲完全轉錄)。(第 9 條疑問點的回答)

Q. 除(J)(釋 XX)外，被告所有會員(包括《XXX 苑會員名冊》記載的會員)均無在上述「特別大會」會議上投贊成票。(第 10 條疑問點的回答)

R. 在「特別大會」選出的領導架構成員中，除(J)(釋 XX)外，全部都不是被告的會員，也無一人是被告透過 2022 年 12 月 11 日選出的領導架構成員。(第 11 條疑問點的回答)

S. 自 2008 年 7 月 21 日起，原告一直是被告的會員。(第 12 條疑問點的回答)

T. Os individuais que constam do documento de fls. 121 a 124 e fls. 130 a 131 não conhecem a existência da Assembleia Geral do dia 11 de Dezembro de 2022, nem para tanto foram convocados。(第 13 條疑問點的回答)

U. No livro de membros referido no item n.º 1-A faltam membros (I)、(J)(釋 XX)、(J)(釋 XX)和(L)。(第 14 條疑問點的回答)

V. Os membros da Direcção, então em funções, publicaram no dia 9 de Dezembro de 2022 um anúncio no jornal (cfr. fls.129 nos autos, cujo

teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais)。(第 15 條疑問點的回答)

***

四、 法律適用

本案所爭論的，是被告社團於2022年12月18日的會員大會中所作出的決議是否有效。

從卷宗資料可見，與被告XXX苑此一社團有關連並自認為其會員的部分人士，與另外一些同樣自認為被告會員的人士出現了意見上的分歧。兩邊的分歧其中部份體現在誰人具社團的會員身份，繼而應獲召集出席會員大會並有權投票選出社團的理事機關。從已證事實可見，被告社團於短時間內(分別是2022年12月11日及2022年12月18日)進行了兩次由不同人士所召集並參與的會員大會，且在當中均投票選出社團的理事機關。

此外，從卷宗資料亦可得知，針對被告社團於2022年12月11日會員大會中所作出的決議，同樣有人提起了訴訟，以質疑有關決議的合法性。

在現審理的訴訟中，原告(現被上訴人)提出2022年12月18日的會員大會上的決議屬法律上不存在、無效或可撤銷，相關理由可概括為：召集大會或在大會上投下贊成票的全部人士均並非社團的會員；有關決議未經法定或章程所規定之票數通過；有關大會未經召集(或未經向所有會員作出召集)；決議所涉事宜不應交由會員大會作議決；以及決議違反法律

或章程第11條第2款(因2022年12月18日的會員大會中所選出的理事會架構成員全部均不是社團的有效會員)。

被上訴判決裁定原告的訴訟請求成立，並宣告XXX苑於2022年12月18日作出的會員大會的決議屬無效。

就上述決定，被告(現上訴人，現由特別代理人所代表)不服並提出上訴。

分析上訴人上訴理由陳述的結論部份，其提出了以下問題：

- 縱然上訴人已在一審程序中就事實事宜的篩選提出聲明異議，但原審法院並未將所有對案件的審理屬重要的事實羅列並進行調查。上訴人主張應重新調查的，包括答辯狀第35至41條、第52條、第64至69條，以及第74至84條；

- 原審法院對待證事實第1-A條、第8條、第10條、第11條、第12條，以及第14條的認定出錯；

- 在訴訟提起一刻，原告提訴的權利已失效，有關問題根據《民事訴訟法典》第412條第3款屬於法院依職權審理的問題；

- 原告獲召集但刻意不參與大會，其沒有主張涉案決議屬非有效的正當利益，而此一問題構成法院須依職權審理的延訴抗辯；

- 原審法院在認定被告社團會員資格的事實過程中出錯，導致法律適用錯誤，進而錯誤判斷會員大會的合法性。

*

根據《民事訴訟法典》第589條第3款及第598條規定，上訴要審理的問題由上訴陳述中的結論所劃定，但不妨礙上訴法院就須依職權處理的問題進行審理。

按照各項上訴理據的內在邏輯，本院首先審理上訴人就事實事宜所提出的爭議。

在上訴答覆中，被上訴人主張，由於未有履行《民事訴訟法典》第599條的負擔，此一部份的上訴應予以駁回。

關於對原審法院就事實方面之裁判提出爭執時上訴人所負有的責任，《民事訴訟法典》第599條規定：

“一、如上訴人就事實方面之裁判提出爭執，則須列明下列內容，否則上訴予以駁回：

ａ）事實事宜中就何具體部分其認為所作之裁判不正確；

ｂ）根據載於卷宗內或載於卷宗之紀錄中之何具體證據，係會對上述事實事宜之具體部分作出與上訴所針對之裁判不同之另一裁判。

二、在上款ｂ項所指之情況下，如作為顯示在審理證據方面出錯之依據而提出之證據，已錄製成視聽資料，則上訴人亦須指明以視聽資料中何部分作為其依據，否則上訴予以駁回。

三、在上款所指之情況下，他方當事人須於所提交之上訴答辯狀中指明以視聽資料中何部分否定上訴人之結論，但法院有權依職權作出調查。

四、第一款及第二款之規定適用於被上訴人依據第五百九十條第二款之規定請求擴大上訴範圍之情況。”

另外，同一法典第629條第1款及第2款規定：

“一、遇有下列情況，中級法院得變更初級法院就事實事宜所作之裁判：

ａ）就事實事宜各項內容之裁判所依據之所有證據資料均載於有關卷宗，又或已將所作之陳述或證言錄製成視聽資料時，依據第五百九十九條之規定對根據該等資料所作之裁判提出爭執；

ｂ）根據卷宗所提供之資料係會導致作出另一裁判，且該裁判不會因其他證據而被推翻；

ｃ）上訴人提交嗣後之新文件，且單憑該文件足以推翻作為裁判基礎之證據。

二、在上款 a 項第二部分所指之情況下，中級法院須重新審理裁判中受爭執之部分所依據之證據，並考慮上訴人及被上訴人之陳述內容，且可依職權考慮受爭執之事實裁判所依據之其他證據資料。

(……)”

根據以上規定，上訴人於其上訴理由陳述當中，至低限度須陳述以下內容：

-1. 事實事宜中就何具體部分其認為所作之裁判不正確。根據《民事訴訟法典》第598條第1及2款，上訴人欲爭議的具體部份應在結論當中明確指出；

-2. 根據載於卷宗內或載於卷宗之紀錄中之何具體證據，係會對上述事實事宜之具體部分作出與上訴所針對之裁判不同之另一裁判；

-3. 按照《民事訴訟法典》第599條第2款，如作為顯示在審理證據方面出錯之依據而提出之證據，已錄製成視聽資料，則上訴人亦須指明以視聽資料中何部分作為其依據。

在澳門的民事訴訟制度中，當事人得就原審法院的事實事宜向上訴法院提出爭執。就此，從《民事訴訟法典》第599條及第629條可見，上訴法院並非仿如在適用口頭原則及直接原則的情況下進行審判聽證的原審法院般，重新對整個案件的事實事宜進行審理；上訴法院的審理範圍是受限於當事人所具體劃定的範圍，所以，《民事訴訟法典》第599條第1款a項要求上訴人須具體列出其認為原審法院裁定屬不正確的部份。另外，為免此類型的上訴理據流於當事人僅籠統地指出其不同意原審法院的答覆，從而造成上訴法院無法準確及有效地得悉上訴人不同意原審法院對事實認定的具體理由，以及支持上訴人有關理解的具體理據，法律要求上訴人先進行理性的分析及評估以及將有關的證據材料整理，以免有關機制被濫用，並確保上訴程序中涉及事實事宜的爭執能得到有效的審理，避免整個訴訟程序因為對事實事宜籠統的爭執而受到拖延。

本案中，被告已將其認為重要的證人證言進行節錄。此外，上訴陳述的客觀內容完全足以令上訴法院清楚了解被告對事實事宜爭執所建基的證言部份。

儘管一如原告在其上訴答覆中所指出，本案存在三段錄音，而被告並沒有指出相關的證人證言節錄到底是源自哪一段錄音(儘管其有標注音檔中的時間節點)，但本院認為，《民事訴訟法典》第599條及第629條對當事人所設定的負擔是旨在達到以上提及的實際效果，而無意將形式要

件走向極端。被告確可更完備地指明有關時間段，但儘管欠奉，亦無妨法院根據審判聽證會議錄所載的證人順序，輕易地從三個時段的錄音中找出上訴陳述中所列出的重要部份。

基於此，原告並無道理。

*

上訴人主張原審法院對待證事實第1-A、8、10、11、12及14條的認定存在錯誤。

待證事實第1-A條所要調查的內容是：

“**第1-A條疑問點：** 2022年6月19日，被告透過理事會會議，設立一本會員名冊錄，以記載所有被告的會員(見卷宗第32頁至33頁，在此視為獲完全轉錄)？”

經審判聽證，原審法院視之獲得證實。

就有關事實，原審法院對之進行認定的理由在於：

“關於第1-A條疑問點，法庭主要考慮了卷宗第326頁至327頁的文件，該文件是被告理事會於2022年6月19日舉行的會議之會議紀錄，當中獲通過的第一項議程是涉及設立被告的會員名冊錄，結合卷宗第31至33頁的文件內容，法庭認為足以證實第1-A條疑問點，須強調的是，卷宗326頁至327頁的文件是原告在法庭要求下，將被告整本《會議錄》的內容(自被告成立至今)附入卷宗，以確保各個會議紀錄的連續性，以避免發生斷章取義的情況。”

被告主張，不論是卷宗第32至33頁的所謂的會員名冊，抑或卷宗第301至340頁的會議紀錄，都不足以證明誰人才是社團的真正會員；此外，證人的證言亦足以表明，在被告社團於1998年正式進行社團登記之

前，有關團體已具備相應的組織架構，並依循已延續三代以上、專門用於接納會員的習慣與慣例(usos e costumes)。

首先要指出的是，是否有人曾於2022年6月19日以社團理事會的名義作出決議以設立會員名冊錄是一回事，至於假設確有人如此為之時，以理事會名義作出的決議之效力如何，以及有關名冊內容是否準確，則屬另一回事。

本案中，卷宗第326頁至327頁結合第31至33頁確足以證明有關事件的發生，故此，待證事實第1-A條內容基本可以認定。

應強調的是，答覆中的“以記載所有被告的會員”在文義上是設立有關簿冊的目的，該目的在於“記載所有被告的會員”，這依法也是理事會應為之事，其不得刻意將原屬社團會員之人排除在外，亦不得將不是社團會員之人視作會員。然而，答覆中並沒有表示是“已”或記載社團的所有會員，此外，亦沒有表明有關簿冊的資料必定是完全準確(至少原審法院在對待證事實第14條答覆中表明(J)(釋XX)的名字不在有關簿冊內)。

因此，此一部份的上訴理由不成立。

*

待證事實第8條、第10條、第12條及第14條所要調查的內容是：

“**第8條疑問點：**上述「特別大會」，未有向被告的所有會員作出召集？”

“**第10條疑問點：**被告所有會員均無在有關會議上投贊成票？”

“**第12條疑問點：**至少自2008年起，原告一直為被告的會員？”

“**第14條疑問點：**No livro de membros referido no item n.º 1-A faltam (I), (J)(XX), (J)(XX), (K)和(L)？””

經審判聽證，原審法院就第8條的答覆是：“僅證實：上述「特別大會」舉行前，未有向卷宗第32至33頁背頁的《XXX苑會員名冊》記載的所有會員作出召集。”。

原審法院就第10條的答覆是：“僅證實：除(J)(釋XX)外，被告所有會員(包括《XXX苑會員名冊》記載的會員)均無在上述「特別大會」會議上投贊成票。”

就第12條的答覆是：“僅證實：自2008年7月21日起，原告一直是被告的會員。”

就第14條的答覆是：“僅證實：No livro de membros referido no item n.º 1-A faltam membros (I)、(J)(釋XX)、(J)(釋XX)和(L)。”

就以上疑問列，原審法院對之進行認定的理由在於：

“關於第2、7和第8條疑問點，根據由被告附入的載於卷宗第121頁至124頁的召集書內容，結合卷宗第34頁的在報紙上刊登的內容，可以合理推斷就是第121頁至124頁上所載的人士作出2022年12月18日的「特別大會」的召集。此外，根據卷宗第133至135頁，該「特別大會」確實也於2022年12月18日當日被舉行。至於有否因「特別大會」的舉行而向被告所有會員作出召集方面，至少證人(P)和(R)並無收過召集書，而且，卷宗也無證據表明有向《XXX苑會員名冊》記載的所有成員寄送召集書。

(……)

關於第10、11和14條疑問點，首先，根據已確定事實F項，要成為被告的會員是需要得到理事會的接受的，而非任何被告的信眾或成為法師的弟子便可自動成為被告的

會員身份，法庭審閱了被告自成立至2022年12月18日之前的所有會員大會及理監事會的決議內容，從中可以得出獲被告所承認的成員身份，如下:

(原審法院所制作的列表詳見卷宗第351頁)

對比《XXX苑會員名冊》所記載的成員，法庭發現沒有了(I)、 (J)(釋XX)、(J)(釋XX)、(S)和(L)五名人士，他們都曾經以被告成員身份參與會員大會及成為領導架構的成員。(J)(釋XX)方面，雖然根據卷宗第312頁的會員大會決議，(J)(釋XX)辭去了理事長的職務，但無更多證據表明(J)(釋XX)退出了XXX苑或被除名；至於(I)、(J)(釋XX)和(L)方面，同樣也無任何文件證據支持其正式退出了XXX苑或被理事會除名，所以他們應仍具有被告的會員資格(倘仍然在世)；不過(S)方面，透過卷宗第322頁的被告理事會決議，(S)已經被被告理事會決議除去社員的身份，因此(S)不再具有被告的社員資格。

事實上，法庭是傾向採信被告“會議錄”簿冊所記載的事實，因為該簿冊是自被告成立起便存在，紀錄了被告多年來作出的各項會員大會和理事會決議，客觀反映了被告的成員數目的變化，也符合被告的章程要求，所以，在確認社員身份的問題上，法庭選擇了以“會議錄”簿冊的內容作為關鍵的認定事實的依據。在比對獲確認的被告社員和卷宗第130至131頁的投票人士後，除(J)(釋XX)外，其他於2022年12月18日投票的人士都不是被告的社員，因而法庭給予了針對第10、11和14條疑問點的回答。

關於第12條疑問點，法庭主要參考了卷宗第311頁的會員大會會議紀錄(2008年7月21日)，以及於“會議錄”簿冊內無其他將原告除名的記載，所以原告的成員身份應該自當日起維持至今。”

首先，待證事實第8條的答覆其實是包含了兩部份的內容：1) 是2022年12月18日的會員大會舉行前，卷宗第32至33頁背頁的《XXX苑會員名冊》中被記載為會員的人士沒有被召集；2) 名冊中所記載的人士為社團會員。

同樣地，待證事實第10條同樣可以拆解成兩部份：1) 卷宗第32至33頁背頁的《XXX苑會員名冊》中被記載為會員的人士沒有在2022年12月18日的會員大會中投下贊成票；2) 名冊中所記載的人士為社團會員。

就以上兩段所提及的第一部份的內容，即《XXX苑會員名冊》中被記載為會員的人士有否被召集以及彼等有否在2022年12月18日投下贊成票，上訴人並無提出理據質疑原審法院的認定。此外，上訴人從未提交且卷宗亦無證據顯示《XXX苑會員名冊》中所記載的人士曾被召集又或彼等曾作出投票的記錄。因此，原審法院此一部份的認定是穩妥的，應予以維持。

上述第二部份的內容涉及名冊中的人士是否的確為被告會員。

就該問題，值得留意的是，一如證人的證言所反映，XXX苑所在的宗教場所早於被告社團的設立，在其設立前已與有關場所有所聯絡的管理人員、信眾等人會否是社團的創始會員，又或該等人士會否在社團正式設立及登記後已依照法律或章程(甚至是如上訴人所指的習慣或慣例)而成為被告社團之成員，理事會在2022年6月19日才制作的《XXX苑會員名冊》不具決定性。

就此，如有某人確為社團的會員，則《XXX苑會員名冊》沒有記載其姓名，不代表該人沒有該身份。同樣道理，倘若某人從未基於任何原因獲接納為社團之會員，則理事會同樣不能僅透過《XXX苑會員名冊》，將並非會員之人士列入名冊。

事實上，原審法院亦非僅僅以《XXX苑會員名冊》作為其認定事實的依據，其亦是謹慎地分析了載於卷宗第301頁及續後頁的“會議錄”當中所記載的內容，從而得出有關結論(*從原審法院認定有關事實的理由說明可見，原審法院在對比《XXX苑會員名冊》中所記載的會員，發現欠缺(I)、(J)(釋XX)、(J)(釋XX)、(S)和(L)五名人士，以上人士均曾以被告會員身份參與會員大會及成為領導架構的成員*)。

在此，值得強調的，有兩點。

第一，關於《XXX苑會員名冊》中所記載的人士，儘管卷宗內亦無章程所提及的理事會決議(已證事實F項)，以證明有關人士在哪一具體時間為哪一理事會決議所接納為社團的會員，然而，原審法院從有關人士曾以被告會員身份參與會員大會，以及成為領導架構的成員，從而推論出有關人士具有社團會員的身份，本院認為 – *在沒有相反證據顯示第301頁及續後頁的“會議錄”內容屬虛假或不準確的情況下* – 是穩妥的，應予以維持。

第二，即使我們考慮上訴人所提出的證人(B)、(M)及(N)的證言，並視他們確早於被告社團成立前已參與XXX苑的事務並為信眾，但該等事實與原審法院以“會議錄”簿冊所載資料，推論並認定《XXX苑會員名冊》中所載人士具被告會員身份的邏輯並不排斥。

基於以上理據，上訴人就待證事實第8條及第12條所作爭執不能成立。

至於待證事實第10條，疑問列所問及的，是“被告所有會員”均無在有關會議上投票。根據卷宗第130頁，結合卷宗第301頁及續後頁的“會議錄”簿冊所記載的事實，原審法院將(J)(釋XX)排除在有關答覆當中，是正確的。

承上分析，《XXX苑會員名冊》中所記載的人士並沒有在2022年12月18日的會員大會上投票一事，可以予以認定。

然而，待證事實第10條的答覆尚提及“被告所有會員”(包括《XXX苑會員名冊》記載的會員)，意味著卷宗第130至131頁的名單中，除(J)(以及(S)，其是否已被合法除名為當事人所爭議)外，原審法院認為其餘人士均不是社團的會員。

除更佳見解，本院認為在一審程序中存在反證，使我們無法達致以上結論。首先，即使是《XXX苑會員名冊》中所記載的人士，卷宗之內其實也並無相應的社團理事會決議，以顯示有關人士獲接納為會員的依據及相關時間。卷宗第130至131頁所載人士同樣欠缺社團理事會決議，兩批人士的不同之處在於前者的名字曾在卷宗第301至340頁的會議紀錄中出現。既然兩批人士均欠缺理事會的決議，上訴人指社團一貫以來接納新會員均並非以理事會決議為之一說，並非完全不可能。

加上如上所述，XXX苑所在的宗教場所早於被告社團的設立，在其設立前已與有關場所有所聯絡的部份管理人員、部份信眾(尤其當中已跟隨“大師傅”並有皈依證的)會否是社團的創始會員，又或該等人士會否在社團正式設立及登記後已依照法律或章程(甚至是如上訴人所指的習慣或慣例)成為被告社團之會員，本院認為，考慮到證人(B)、(M)及(N)的證

言，卷宗第130至131頁中至少部份人士會否具社團會員資格，並不能完全被排除。

待證事實第10條的答覆中所包含的，卷宗第130至131頁名單中的其餘人士均不是社團的會員此一內容(其在疑問列中，屬消極事實)不單比較籠統，雙方當事人在案中亦未有提供更為詳細的事實陳述及證據以判斷該名單當中眾多人士各自是在何時及具體是以何方式成為社團會員，故在欠缺更為充份的討論及證據基礎前，斷言否定卷宗第130至131頁名單中的所有其餘人士的社團會員資格，非為穩妥。

基於以上提及的因素及案中存在的反證，就**待證事實第10條**的答覆，本院認為應改為：“***僅證實：至少《XXX苑會員名冊》上所記載的會員並無在上述「特別大會」會議上投贊成票。***”

最後，就待證事實第14條的答覆，(I)、(J)(XX)、(J)(XX)、(K)和(L)的名字不在《XXX苑會員名冊》之上，是客觀事實。原審法院的答覆當中並沒有相關的文字表述，以顯示只有或僅有上述五名人士的名字是遺漏記載於簿冊之上，而再無其他。再者，在對待證事實第10條的答覆作出以上變更後，待證事實第14條的答覆在現在看來，更沒有只有或僅有上述五名人士的名字是遺漏記載於簿冊之上的意思。

基於此，上訴人就待證事實第14條所作爭執不能成立。

*

上訴人尚對待證事實第11條的答覆提出爭執，其所要調查的內容是：

“**第11條疑問點：**在「特別大會」選出的領導架構成員中，全部都不是被告的有效會員，也無一人是被告透過2022年12月11日選出的領導架構成員？”

經審判聽證，原審法院作出以下答覆：“僅證實：在「特別大會」選出的領導架構成員中，除(J)(釋XX)外，全部都不是被告的會員，也無一人是被告透過2022年12月11日選出的領導架構成員。”。

如同待證事實第10條，基於相同理由，“全部都不是被告的會員”此一消極的事實版本在本案的證據框架下，不能予以證實。

至於2022年12月18日所選出的人士無人是2022年12月11日選出的領導架構成員一事，則屬客觀事實，得予以維持。

因此，**待證事實第11條**的答覆應改為：“***僅證實：在「特別大會」選出的領導架構成員中，無一人是2022年12月11日的大會中選出的領導架構成員。***”

*

上訴人亦主張應重新調查答辯狀第35至41條、第52條、第64至69條，以及第74至84條所載內容。

根據《民事訴訟法典》第629條第4款規定，假若一如上訴人所指出般，出現一審程序未有審理案件的主因事實(甚至是一如上訴人所指般，具價值的輔助性事實)時，上訴法院得擴大事實事宜之審判範圍。

本案中，清理批示階段的事實事宜篩選中，有以下核心內容被羅列：1) 《XXX苑會員名冊》所載人士是被告會員？2) 他們沒有被召集？

3) 出席2022年12月18日大會的人士不是被告會員？4) 在該日投票的全都不是被告的會員？

答辯狀第35至41條，以及第52條是與XXX苑一直以來的運作模式及由被告所主張的其慣常接納會員的方式有關(但當中未包括上訴人指屬社團會員的人士是在何時及具體是以何方式成為社團會員)，該等內容對於上段所提及的第3)及第4)項內容而言，構成單純爭執，基本上無須羅列。更何況，如上可見，待證事實第10條與該等問題有關的內容已被變更，因而上述答辯狀的內容現在更無重新被調查的必要。

至於答辯狀第64條至69條，以及第74至84條所載內容，一方面，本案所探究的，是2022年12月18日而非2022年12月11日的會員大會的決議有效性，因此，後一決議有關的事實陳述不屬於本案中的主因事實。另一方面，上述答辯狀的內容中，對於上方所提及的第3)及第4)項內容而言只構成單純爭執的部份，同樣在現階段並無重新被調查的必要。

基於上述理由，上訴人此一部份上訴理由不成立。

*

上訴人亦指在訴訟提起一刻，原告提訴的權利已失效。在其看來，該問題根據《民事訴訟法典》第412條第3款屬於法院依職權審理的問題。

上訴人明顯無道理。

案中所質疑的決議是於2022年12月18日作出。

即使從“可撤銷”的角度進行分析，且先撇開有關問題是否屬法庭須依職權審理的問題，根據《民法典》第166條第3款b項規定，以及第272條c項規定，本訴訟最遲得於2023年6月18日提起。

由於該天是星期天，根據《民法典》第272條e項，有關期間順延至2023年6月19日。

本訴訟正是於2023年6月19日以電子訴訟文書方式提交。

此一部份上訴理由不成立。

*

上訴人同樣主張，原告獲召集但刻意不參與大會，其沒有主張涉案決議屬非有效的正當利益，而此一問題構成法院須依職權審理的延訴抗辯。

原告並無參與亦沒有在會員大會中投下贊成票。

根據《民法典》第166條第1款a項及第2款規定，原告具提起本訴訟的正當性。

基於此，上訴人並無道理。

*

最後，上訴人主張原審法院錯誤地將2022年6月19日的《XXX苑會員名冊》視作社團的會員名冊。

在上訴人看來，理事會不得隨意將會員除名。根據社團章程，理事會只有在會員作出違反規章的具體行為時，方能如此為之。然而，將會員除名須有明確決議和合理理由。此外，上訴人亦認為《XXX苑會員名冊》存在嚴重瑕疵，有曾參與理事會決議之人不在該名冊之內，且原審法院未考慮涉案社團自成立以來(具法律效力)的習慣或慣例。

上訴人所提出的部份問題，其實與事實認定相關，且本院已在上方作出分析。

上訴人所提出的另一部份問題，涉及原審法院就審判聽證後獲得證明的事實所進行的法律解釋及適用是否正確。

有一點上訴人是有道理的：原審法院確實視《XXX苑會員名冊》中所載之人士為會員，此外亦視在2022年12月18日投票的人士除(J)(釋XX)外，其餘人士均不是被告的會員。

就上述前一種情況，原審法院認定由於有關人士沒有被召集，構成《民法典》第165條第2款規定的召集大會上發生的不當情事，其後果是決議得予以撤銷；而後一種情況，由於通過的決議亦未獲得出席的被告正式社會員的絕對多數票所通過(只有(J)(釋XX)投下贊成票)，根據《民法典》第165條第1款c項的規定，在涉案特別會員大會上通過的全部決議均屬無效。

由於待證事實第10條答覆中的相應部份已被撤銷，從本案的獲證事實無法得悉涉案特別會員大會上通過的決議是否由被告正式的會員的絕對

多數票所通過，因此，被上訴判決根據《民法典》第165條第1款c項的規定宣告決議無效的部份，應予以廢止。

然而，本案的獲證事實依然足以支持《XXX苑會員名冊》中所載人士完全沒有被召集。值得留意的是，案中已證事實足以顯示，涉案社團在進行召集時，完全沒有對上述名單中人士進行召集，此一情況的嚴重程度已非單純召集上的不當情事而足以構成《民法典》第165條第1款d項的情況，因此，有關決議應屬無效。

綜上，須裁定上訴理由部份成立，但維持涉案會員大會的決議應宣告無效的決定。

***

五、　決定

綜上所述，本院合議庭裁定上訴人上訴理由部份成立，並按上方所載內容對事實事宜進行變更，但基於上方所載理由，維持宣告被告**XXX苑(Associação de Beneficiência X X X Un)**於2022年12月18日作出的特別會員大會決議屬無效的決定。

訴訟費用由上訴人及被上訴人各承擔一半。被告的特別代理人的費用定為4,000澳門元，其按訴訟費用的一般規定計入帳目當中。

依法登錄本裁判並作出通知。

***

澳門特別行政區，2026年10月15日

_____

盛銳敏

(裁判書製作人)

_____

Jerónimo Alberto Gonçalves Santos

(Foi-me traduzido o acórdão para português)

(第一助審法官)

_____

梁小娟

(第二助審法官)